

Tradução da 5ª Edição

THOMAS SOWELL

ECONOMIA BÁSICA

Um guia de economia
voltado ao senso comum

Volume II



ALTA BOOKS
EDITORA
Rio de Janeiro, 2018

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	ix
Capítulo 1: O Que É Economia?	1
PARTE I: A ECONOMIA NACIONAL	9
Capítulo 2: O Produto Nacional	11
Capítulo 3: O Dinheiro e o Sistema Bancário	29
Capítulo 4: As Funções do Governo	59
Capítulo 5: As Finanças do Governo	91
Capítulo 6: Problemas Específicos da Economia Nacional	121
PARTE II: A ECONOMIA INTERNACIONAL	139
Capítulo 7: Comércio Internacional	141
Capítulo 8: Transferências Internacionais de Renda	167
Capítulo 9: Disparidades Internacionais de Renda	193
PARTE III: QUESTÕES ECONÔMICAS ESPECIAIS	229
Capítulo 10: Mitos Sobre os Mercados	231
Capítulo 11: Valores “Não Econômicos”	247
Capítulo 12: A História da Economia	261
Capítulo 13: Palavras de Despedida	289
<i>Perguntas</i>	299
<i>Índice</i>	309

PREFÁCIO

Este livro tem um diferencial óbvio em relação a outros livros de introdução à economia: nele não há gráficos ou equações. Por ser escrito em português simples, dispensando o jargão econômico, *Economia Básica* pode ser facilmente compreendido por pessoas sem conhecimento prévio de economia. Isso inclui não somente o público em geral, mas também os estudantes recém-iniciados nessa disciplina.

Uma característica menos evidente, mas importante, de *Economia Básica* é que ele se vale de situações da vida real, verificadas em países de todo o mundo, para exemplificar e facilitar a memorização dos princípios econômicos, algo que gráficos e equações não conseguem fazer. Ao longo de suas várias edições, a ideia fundamental por trás de *Economia Básica* continua a mesma: aprender economia deve ser tão simples quanto abrir os olhos.

O recorrente interesse dos leitores americanos a cada nova edição, e o crescente número de traduções para línguas estrangeiras no exterior,* sugerem que há uma demanda generalizada desse tipo de introdução à economia, quando apresentada de maneira acessível.

Tal como se dá com as pessoas, este livro ganhou peso com o passar dos anos, na medida em que novos capítulos foram adicionados e os já existentes foram atualizados e ampliados para acompanhar a evolução das economias ao redor do mundo.

A maioria de nós é necessariamente ignorantes em muitos campos complexos, da botânica a intervenções cirúrgicas no cérebro. Em função disso, simplesmente nos isentamos de qualquer atuação ou comentário a respeito desses assuntos. No entanto, cada cidadão e cada político que recebeu seus votos têm influência nas políticas econômicas. Não é possível ignorar situações e decisões econômicas. Ao fazer nossas escolhas sobre questões e candidatos, não escapamos de três possibilidades: ou estamos informados, ou desinformados ou mal-informados. *Economia Básica* pretende tornar mais fácil estar informado. Não é difícil entender os princípios fundamentais da economia, mas é fácil esquecê-los, especialmente em meio à retórica arrebatadora dos políticos e dos meios de comunicação.

Em virtude de se constituir em uma introdução à disciplina econômica, *Economia Básica* deixa de lado não só jargões, gráficos e equações, mas também as habi-

* Edições anteriores a esta foram traduzidas para o espanhol, chinês, hebraico, japonês, sueco, coreano e polonês.

tuais notas ao pé da página. Contudo, aqueles que desejam conferir alguns dos fatos surpreendentes relatados aqui podem encontrar as fontes listadas em meu site www.tsowell.com ou em um site criado pelo editor Sowellbasiceconomics.com — ambos com conteúdo em inglês. Para os instrutores que estão usando *Economia Básica* em seus cursos, ou para os pais que educam seus filhos em casa, mais de uma centena de perguntas estão disponíveis no final do livro, com páginas referenciadas após cada pergunta, mostrando onde, no texto, se encontra a resposta àquela questão.

THOMAS SOWELL

Hoover Institution

Stanford University

O QUE É ECONOMIA?

Para qualquer um, seja conservador ou radical, defensor do livre comércio ou da proteção dos mercados, cosmopolita ou nacionalista, religioso ou pagão, é útil saber as causas e consequências dos fenômenos econômicos.

George J. Stigler

Os eventos econômicos ocupam, com frequência, as manchetes dos jornais ou as chamadas nos noticiários das emissoras de televisão. Entretanto, nem sempre as notícias deixam claro as causas de tais eventos, e muito menos os possíveis desdobramentos futuros.

Os princípios subjacentes envolvidos na maioria dos acontecimentos na esfera econômica não são, em geral, intrinsecamente complicados, mas a retórica política e o jargão econômico que costumam ser empregados nas discussões podem torná-los de difícil compreensão. E nisso há, ainda, um agravante: os princípios econômicos básicos capazes de esclarecer o que está ocorrendo podem permanecer desconhecidos para a maioria das pessoas e insuficientemente entendidos por muitos dos integrantes da mídia.

Tais princípios básicos da economia são válidos em todo o mundo e têm sido registrados ao longo de milhares de anos na história. Eles se aplicam a diferentes tipos de economias — capitalista, socialista, feudal, seja lá qual for — e entre uma ampla variedade de povos, culturas e governos. Políticas que ocasionaram aumento dos níveis de preços sob Alexandre, o Grande, fizeram o mesmo na América, milhares de anos mais tarde. A legislação sobre aluguéis levou a um conjunto muito semelhante de consequências no Cairo, Hong Kong, Estocolmo, Melbourne e Nova York. E, na Índia e nos países da União Europeia, as políticas agrícolas têm muitos pontos em comum.

No processo de compreensão da Economia, é preciso definir com exatidão o que Economia significa. Para saber o que é Economia, no sentido de ramo de estudo, devemos primeiro saber o que é uma economia no sentido cotidiano que vemos nos jornais e em nossa experiência pessoal¹. A maioria de nós talvez pense em “economia” como um sistema de produção e distribuição dos bens e serviços que usamos na vida cotidiana. Isso é, em certa medida, verdadeiro, mas se revela insuficiente para dar conta do conceito por inteiro.

O Jardim do Éden era um sistema de produção e distribuição de bens e serviços, mas não era uma economia, porque tudo estava disponível em abundância ilimitada. Sem escassez, não há necessidade de economizar — e, portanto, não há Economia. Lionel Robbins, um importante economista britânico, nos apresenta uma definição clássica de Economia:

*A Economia é o estudo do uso de recursos
escassos que têm usos alternativos.*

ESCASSEZ

O que “escasso” significa? Significa que a somatória daquilo que todo mundo quer supera o que realmente está disponível. Isso pode parecer uma coisa simples, mas suas implicações são muitas vezes grosseiramente mal-entendidas, até mesmo por pessoas de educação esmerada. Tome-se como exemplo um artigo do *New York Times* que discorria sobre os problemas econômicos e preocupações da classe média americana — um dos mais abastados grupos de seres humanos que já habitaram este planeta. Embora essa história incluísse uma foto de uma família americana de classe média usufruindo de sua própria piscina, a manchete principal dizia: “The American Middle, Just Getting By” (algo como “O Americano Médio, Apenas Sobrevivendo.”) Outros títulos no artigo incluíam:

Desejos Adiados e Planos Não Cumpridos
Metas Que Permanecem Fora de Alcance
Obstinação em Poupar e Alguns Luxos

¹ No texto, se ou quando couber, utilizam-se os termos “Economia”, com “E” maiúsculo, e “economia”, com “e” minúsculo, para a devida diferenciação de conceitos.

Em resumo, os desejos dos americanos de classe média excedem o que eles podem confortavelmente pagar, embora o que já possuem seria considerado como inacreditável prosperidade por pessoas em muitos outros países ao redor do mundo — ou mesmo por gerações anteriores de americanos. Porém, eles (e o repórter) consideram-se como “apenas sobrevivendo” e, no texto, um sociólogo de Harvard foi citado, comentando “o quão restringido está o orçamento dessas pessoas”. Mas não é algo feito pelo homem, como um orçamento, o que de fato os restringe: a realidade os restringe. Não há o bastante para satisfazer a todos completamente. Essa é a verdadeira restrição. Isso é o que significa escassez.

O *New York Times* relatou que uma dessas famílias de classe média “mergulhou de cabeça nos gastos com cartão de crédito”, mas depois “colocou suas finanças em ordem”.

“Mas se fizermos um movimento errado”, disse Geraldine Frazier, “a pressão das contas vai voltar, e isso é doloroso.”

Para todas essas pessoas — do meio acadêmico e do jornalismo, bem como da própria classe média — aparentemente parecia de certa forma estranho que pudesse haver uma coisa como escassez e que isso implicaria na necessidade de esforços produtivos e responsabilidade pessoal de sua parte na hora de gastar a renda obtida. No entanto, nada tem permeado mais a história da raça humana do que a escassez e todos os requisitos para economizar que vêm a reboque.

Independentemente de políticas, práticas ou instituições — se sábias ou não, nobres ou ignóbeis — simplesmente não há o suficiente para sair por aí e satisfazer todos nossos desejos ao máximo. “Necessidades não satisfeitas” são inerentes às circunstâncias caso vivamos em uma economia capitalista, socialista, feudal ou de outro tipo. As várias modalidades de economias são apenas maneiras institucionais diferentes de fazer os “trade-offs” (situações nas quais precisamos escolher um uso para algo ao mesmo tempo em que abrimos mão de usos alternativos), algo inevitável em qualquer economia.

PRODUTIVIDADE

A Economia não se trata apenas de lidar com o conjunto de bens e serviços existentes no mundo como consumidores, mas, também, e mais fundamentalmente, sobre *produzir* estes bens e serviços a partir de recursos escassos em primeiro lugar — transformando insumos em produção.

Em outras palavras, a Economia estuda as consequências das decisões que são feitas sobre o uso da terra, trabalho, capital e outros recursos destinados ao volume de produção determinante do padrão de vida de um país. Tais decisões e suas consequências podem ser mais importantes do que os próprios recursos, pois há países pobres onde abundam recursos naturais, e países como Japão e Suíça, carentes de recursos naturais, cujas populações têm elevado nível de vida. Os valores dos recursos naturais *per capita* no Uruguai e Venezuela são muito superiores aos do Japão e Suíça, mas a renda real *per capita* destas nações é bem maior: duas vezes a do Uruguai e várias vezes a da Venezuela.

Não só a escassez, mas também “usos alternativos” estão no coração da Economia. Se cada recurso tivesse somente uma utilização, a Economia seria muito mais simples. Mas a água pode ser usada para produzir gelo ou vapor, por si só ou mediante inúmeras misturas e compostos em combinação com outras coisas. Da mesma forma, a partir do petróleo obtêm-se não só gasolina e óleo para aquecimento, mas também plásticos, asfalto e vaselina. O minério de ferro pode ser utilizado para produzir derivados de aço que vão de clipes de papel a automóveis e esquadrias para arranha-céus.

Quanto de cada recurso deve ser atribuído a cada um de seus muitos usos? Cada economia tem de responder a essa pergunta, e cada uma o faz, de uma maneira ou outra, de forma eficiente ou ineficiente. Fazê-lo de modo eficiente é função da Economia. Diferentes tipos de economias são, em essência, diferentes formas de tomada de decisão sobre a alocação de recursos escassos — e essas decisões repercutem na vida de toda a sociedade.

Na época da União Soviética, por exemplo, suas indústrias utilizavam mais eletricidade do que as americanas, embora estas produzissem uma quantidade maior de bens. Tais ineficiências em transformar insumos em produtos traduziram-se em um padrão de vida mais baixo em um país ricamente dotado de recursos naturais — talvez mais ricamente dotado do que qualquer outro país do mundo. A Rússia é, por exemplo, um dos poucos países industrializados que produz mais petróleo do que consome. Mas uma abundância de recursos não cria, automaticamente, uma abundância de bens.

Eficiência na produção — a taxa pela qual os insumos são transformados em produtos e serviços — não se constitui apenas em uma questão técnica que compete aos economistas tratar. Ela afeta o padrão de vida da sociedade como um todo. Visualizar esse processo ajuda a pensar sobre coisas reais — minério de ferro, petróleo, madeira e outros insumos que integram o processo de fabricação, e os móveis, alimentos e automóveis que saem na outra ponta — em vez de pensar em decisões econômicas como sendo simplesmente decisões sobre dinheiro. Ainda que a palavra “Economia” sugira

dinheiro para algumas pessoas, para a sociedade como um todo, dinheiro é apenas um dispositivo artificial para fazer coisas reais. Caso contrário, o governo poderia deixar-nos todos ricos simplesmente imprimindo mais dinheiro. Não é o dinheiro, mas o volume de bens e serviços que determina se um país é atingido pela pobreza ou alcança a prosperidade.

O PAPEL DA ECONOMIA

Entre os conceitos equivocados sobre o que é a Economia está aquele de que se trata de algo que lhe diz como ganhar dinheiro, ou tocar um negócio, ou prever os altos e baixos da Bolsa. Mas finanças pessoais ou administração de negócios não são sinônimos de Economia, e prever o sobe e desce do mercado de ações ainda está para ser reduzido a uma fórmula confiável.

Quando os economistas analisam preços, salários, lucros ou a balança comercial internacional, por exemplo, o fazem do ponto de vista de como as decisões em vários setores da economia afetam a alocação de recursos escassos, de modo a aumentar ou diminuir o padrão de vida material das pessoas vistas em conjunto.

A Economia não é simplesmente um tópico sobre o qual expressar opiniões ou dar vazão às emoções. Trata-se de um estudo sistemático de causa e efeito, mostrando o que acontece quando se fazem coisas específicas de formas específicas. Na análise econômica, os métodos utilizados por um economista marxista como Oskar Lange não diferem em nada fundamentalmente dos métodos usados por um economista conservador como Milton Friedman. É desses princípios econômicos básicos que este livro se ocupa.

Uma das maneiras de compreender as consequências das decisões econômicas é olhar para elas observando os *incentivos* que criam, em vez de simplesmente os *objetivos* que perseguem. Isso significa que as consequências são mais importantes que as intenções — e não apenas as consequências imediatas, mas também as repercussões em longo prazo.

Boas intenções não bastam; na verdade, sem a compreensão de como a economia funciona, ser apenas bem-intencionado pode levar a resultados contraproduativos, se não desastrosos, para o país como um todo. Vários, se não a maioria dos desastres econômicos, decorreram de políticas pretensamente benéficas — e tais desastres poderiam ter sido evitados caso aqueles que as delineararam e implementaram entendessem de Economia.

A despeito de existirem controvérsias na Economia, isso não significa que seus princípios econômicos, tal como os da Química ou da Física, sejam apenas uma questão de opinião. As análises da Física efetuadas por Einstein, por exemplo, não refletiam somente a opinião dele, como o mundo descobriu após Hiroshima e Nagasaki. As reações econômicas podem não ser espetaculares ou trágicas de imediato, porém, a depressão generalizada dos anos 1930 deixou milhões de pessoas na pobreza, mesmo em países ricos, levando nações outrora produtoras de alimentos além de suas necessidades a um estado de subnutrição, causando, provavelmente, mais mortes ao redor do mundo do que o número de vítimas daquelas duas cidades japonesas.

Em contrapartida, quando Índia e China — dois dos países mais pobres da face da terra na história recente — começaram a realizar mudanças em suas políticas econômicas, suas economias passaram a crescer dramaticamente. Na Índia, estima-se que 20 milhões de pessoas saíram da condição de indigência em uma década. Na China, a quantidade de pessoas vivendo com um dólar ou menos por dia declinou de 374 milhões — cerca de 1/3 da população em 1990 — para 128 milhões em 2004, agora apenas 10% de uma população em crescimento. Em outras palavras, graças às mudanças na política econômica, 250 milhões de chineses estão hoje em melhor condição de vida.

Coisas como essas revelam quão importante é o estudo da Economia — e não apenas uma questão de opiniões ou emoções. A Economia é uma ferramenta de causa e efeito, um repositório de conhecimentos comprovados — e princípios derivados desse conhecimento.

Para uma decisão econômica, nem mesmo é imprescindível haver dinheiro envolvido. Quando uma equipe médica militar é deslocada para uma frente de batalha na qual há soldados com todo tipo de ferimentos, ela se defronta com o clássico problema da alocação de recursos escassos com usos alternativos. Quase nunca se dispõe de médicos, enfermeiros ou paramédicos em número suficiente, e tampouco de remédios e suprimentos médicos. Entre os feridos, alguns estão à beira da morte e têm chances mínimas de serem salvos, e outros têm ferimentos leves e provavelmente se recuperarão caso sejam imediatamente atendidos.

Caso a equipe médica não consiga alocar tempo e recursos de maneira eficiente, alguns dos feridos morrerão desnecessariamente enquanto são atendidos outros que não precisam ser cuidados tão urgentemente ou que, em razão de seu estado desesperador, não resistirão seja qual for o tratamento. Isso se constitui em um problema econômico, embora não haja nenhuma troca monetária.

O Que É Economia?

A maioria de nós odeia sequer pensar em ter de fazer escolhas como essas. De fato, como temos observado, alguns americanos de classe média estão aflitos por ter de fazer escolhas e “trade-offs” mais brandos. Contudo, a vida não nos pergunta o que queremos. Ela nos apresenta opções. A Economia é uma das maneiras de tentar realizar a maioria dessas opções.

PARTE I: A ECONOMIA NACIONAL

O PRODUTO NACIONAL

Observação do senso comum, bem como estatísticas, são necessárias para analisar o sucesso de uma economia.

Theodore Dalrymple

Tal como existem princípios econômicos básicos que se aplicam em determinados mercados de bens e serviços, também há os que se aplicam à economia como um todo. Por exemplo, assim como existe uma demanda por produtos e serviços específicos, há também uma demanda agregada para a produção total de toda a nação. Além disso, a demanda agregada pode variar, assim como a demanda por produtos individuais. Nos quatro anos seguintes à grande quebra da Bolsa em 1929¹, a oferta de moeda nos Estados Unidos diminuiu em impressionantes 1/3. Isso significava que agora era impossível continuar a vender tantos produtos e contratar tantas pessoas *nos antigos níveis de preços*, incluindo aí os níveis salariais.

Se os preços e salários também houvessem declinado imediatamente nessa proporção, então é claro que a oferta de moeda reduzida ainda poderia ter comprado tanto quanto antes, e o mesmo produto real e do emprego poderiam ter continuado. Teria sido a mesma quantidade de coisas reais produzidas, apenas com números menores em suas etiquetas de preços, de modo que contracheques com números menores poderiam ter comprado tanto quanto antes. Na realidade, porém, uma complexa economia nacional nunca pode se ajustar a isso rápida ou perfeitamente, então, houve um declínio

¹ A quebra da Bolsa de 1929 ocorreu em 24 de outubro daquele ano e se refere ao evento quando a Bolsa de Nova York sofreu com uma venda em massa de ações de diversas empresas, demonstrando a falta de confiança dos investidores na sustentabilidade da economia americana, e causando queda acentuada dos preços das ações e, conseqüentemente, do Índice Dow Jones. É tido como o marco simbólico de início do período em que ficou conhecido como Grande Depressão, a maior crise econômica dos EUA até hoje, que gerou uma taxa de desemprego na casa dos 30% e durou até 1936. No Brasil, a crise afetou drasticamente nossa economia. A exportação de café era responsável por boa parte da renda nacional. Os EUA eram os principais compradores de café. Com a queda na demanda, o Brasil foi posto em grave crise econômica, o que se revelou uma das causas dos Movimentos Revolucionários de 1930.

enorme nas vendas totais, com correspondente diminuição da produção e do emprego. A produção real do país em 1933 foi 25% menor que a de 1929.

Os preços das ações caíram para uma fração do que eram e corporações americanas como um todo operaram com prejuízos por dois anos seguidos. O desemprego, de 3% em 1929, subiu para 25% em 1933. Foi a maior catástrofe econômica da história dos Estados Unidos. Além disso, a depressão não ficou confinada ao país, mas se espalhou pelo mundo. Na Alemanha, o desemprego atingiu 34% em 1931, preparando o palco para o triunfo eleitoral dos nazistas em 1932 que levou Hitler ao poder, em 1933. Em todo o planeta, os medos, políticas e instituições criadas durante a Grande Depressão da década de 1930 ainda eram evidentes no século XXI.

A FALÁCIA DA COMPOSIÇÃO

Ainda que alguns dos mesmos princípios que se aplicam quando se discutem os mercados de bens particulares, setores de atividade ou ocupações também podem ser aplicados quando se discute a economia nacional, não se pode assumir de antemão que isso ocorre sempre. Ao pensar sobre a economia nacional, um desafio especial será evitar o que os filósofos chamam de “falácia da composição” — a suposição equivocada de que o que se aplica a uma parte se aplica automaticamente ao todo. Por exemplo, os anos 1990 foram dominados pelas notícias sobre reduções maciças de emprego de empresas e segmentos econômicos americanos, com dezenas de milhares de trabalhadores sendo demitidos por algumas grandes companhias e centenas de milhares em certos setores. No entanto, a taxa de desemprego na economia dos EUA como um todo foi a menor em anos durante a década de 1990, enquanto o número de postos de trabalho em todo o país subiu, atingindo níveis elevados.

O que era verdadeiro para vários setores da economia, e que repercutiu na mídia, foi o oposto do que se passava no conjunto da economia.

Outro exemplo de falácia da composição seria somar todos os investimentos individuais para obter os investimentos totais do país. Quando os indivíduos compram títulos do governo, por exemplo, trata-se de um investimento daqueles indivíduos. Mas para o país de modo geral não há um acréscimo real dos investimentos — não há mais fábricas, edifícios de escritórios, usinas hidrelétricas etc. — em decorrência da compra desses títulos. O que as pessoas adquiriram é um direito a certa soma de dinheiro a ser coletada dos futuros contribuintes. Esses ativos individuais adicionais são o adicional de capacidade tributária dos contribuintes, o que anula o reflexo daquelas aquisições de títulos para o país como um todo.